



SulAmérica

PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ 76.717.040/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2024	2023	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	321,5	399,0	-19,4%
Eventos indenizáveis líquidos	-265,1	-365,4	-27,4%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	56,4	33,6	68,1%
Resultado bruto	51,8	13,9	272,4%
Resultado financeiro líquido	37,5	19,5	92,6%
Resultado patrimonial	2,3	-15,9	n.d.
Resultado antes dos impostos e participações	280,2	-22,5	n.d.
Lucro Líquido	186,7	-16,9	n.d.

2. Comentário sobre o desempenho: A Companhia apresentou redução de 19,4% em prêmios ganhos de plano de assistência à saúde na comparação com o ano anterior, alcançando R\$ 321,5 milhões em 2024. Os eventos indenizáveis líquidos somaram

R\$ 265,1 milhões no período, redução de 27,4% frente a 2023. Acompanhando essas variações, em 2024 a Companhia apresentou resultado bruto de R\$ 51,8 milhões, ante R\$ 13,9 milhões no exercício anterior. Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 186,7 milhões, melhora em relação ao resultado negativo de R\$ 16,9 milhões em 2023.

3. Destinação do resultado:

(R\$ milhões)	2024
Lucro antes dos impostos e participações	280,2
(-) Impostos e contribuições	-93,3
(-) Participações	-0,2
Lucro líquido do exercício	186,7
Prejuízos acumulados	-54,1
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	132,6
Constituição da reserva legal	-6,6
Lucro líquido ajustado	126,0
Dividendos obrigatórios	31,5
25% do lucro líquido ajustado	31,5
Saldo dos dividendos obrigatórios	31,5
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	94,5

4. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "custo amortizado": A Companhia não possui ativos classificados na categoria "custo amortizado". 5. Acordo de Acionistas: A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Curitiba, 26 de fevereiro de 2025. A ADMINISTRAÇÃO.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante		755.658	203.181	Circulante		499.908	118.253
Disponível		846	531	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	69.642	95.839
Realizável		754.812	202.650	Provisões de prêmios		7	19.616
Aplicações financeiras	5	646.808	170.116	Provisão de insuficiência de prêmios		-	19.607
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		175.572	158.597	Provisão para remissão		7	9
Aplicações livres		471.236	11.519	Provisão de sinistros a liquidar para SUS		6.187	6.059
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		44.104	18.117	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		37.635	41.240
Contraprestação pecuniária a receber	6	6.205	16.447	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		25.813	28.924
Operadoras de planos de assistência à saúde	6	-	9	Débitos de operações de assistência à saúde		372.299	6.248
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		37.848	1.661	Receita antecipada de contraprestações / prêmios		281	153
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		51	-	Comercialização sobre operações		1.528	1.634
Despesas diferidas		5.772	3.370	Operadoras de planos de assistência à saúde		207	245
Créditos tributários e previdenciários	7	4.641	7.143	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		370.283	4.216
Bens e títulos a receber	8	53.163	3.604	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		96	95
Despesas antecipadas		324	300	Provisões		12.913	2.417
Não circulante		100.199	94.075	Provisões para IR e CSLL		11.260	-
Realizável a longo prazo		51.860	64.571	Provisões para ações judiciais	13.2	1.653	2.417
Créditos tributários e previdenciários	7	17.702	3.724	Tributos e encargos sociais a recolher		5.247	3.172
Despesas de comercialização diferidas		1.145	1.429	Débitos diversos	14	39.711	10.482
Ativo fiscal diferido	7	12.843	39.491	Não circulante		44.066	22.375
Depósitos judiciais e fiscais	13.1	18.933	17.864	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	3.702	3.601
Outros créditos a receber a longo prazo		1.237	2.063	Provisão para remissão		5	-
Investimentos		4	4	Provisão de sinistros a liquidar para o SUS		3.680	3.597
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		4	4	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		17	4
Participações societárias - Rede assistencial		4	4	Provisões	13.2	20.202	17.149
Imobilizado		45.950	27.490	Provisões para ações judiciais		19.680	16.913
Imóveis de uso próprio	9	14.895	15.408	Provisões para outras contingências		522	236
Imóveis - Não Hospitalares / Não Odontológicos		14.895	15.408	Débitos diversos	14	20.162	1.625
Imobilizado de uso próprio	9	4.299	4.587	Patrimônio líquido	15	311.883	156.628
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		1.000	1.188	Capital social		210.727	210.727
Imobilizado - Não hospitalares/odontológicos		3.299	3.399	Reservas		101.136	-
Imobilizado em curso	9	463	-	Reservas de lucros		101.136	-
Outras imobilizações	9	1.944	47	Ajustes de avaliação patrimonial		20	(8)
Direito de uso de arrendamentos	10	24.349	7.448	Lucros/Prejuízos acumulados		-	(54.091)
Intangível		2.385	2.010	Total do passivo		855.857	297.256
Total do ativo		855.857	297.256				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01/01/2023	147.327	-	-	-	(8)	(37.240)	110.079
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$ 16.400, conforme AGE do dia 30/01/2023, à razão de R\$ 2,98 por ação	16.400	-	-	-	-	-	16.400
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$ 10.000, conforme AGE do dia 27/02/2023, à razão de R\$ 2,76 por ação	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$ 20.000, conforme AGE do dia 30/03/2023, à razão de R\$ 2,69 por ação	20.000	-	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$ 12.000, conforme AGE do dia 31/07/2023, à razão de R\$ 2,49 por ação	12.000	-	-	-	-	-	12.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$ 5.000, conforme AGE do dia 31/08/2023, à razão de R\$ 2,50 por ação	5.000	-	-	-	-	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(16.851)	(16.851)
Saldo em 31/12/2023	210.727	-	-	-	(8)	(54.091)	156.628
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	28	-	28
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	186.729	186.729
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva legal	-	6.632	-	6.632	-	(6.632)	-
Reserva estatutária	-	-	94.504	94.504	-	(94.504)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(31.502)	(31.502)
Saldo em 31/12/2024	210.727	6.632	94.504	101.136	20	-	311.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	186.729	(16.851)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:		
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	38	-
Efeitos fiscais	(10)	-
Componentes do resultado abrangente	28	-
Resultado abrangente do exercício	186.757	(16.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2024	2023
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		321.535	398.969
Receitas com operações de assistência à saúde		345.383	406.432
Prêmios retidos		325.778	392.040
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		19.605	14.392
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(23.848)	(7.463)
Eventos indenizáveis líquidos		(265.122)	(365.403)
Eventos conhecidos ou avisados	16.1	(268.233)	(360.139)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		3.111	(5.264)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		56.413	33.566
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.054	205
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		3.927	4.749
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		3.540	4.190
Receitas com operações de assistência odontológica		24	11
Outras receitas operacionais		363	548
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	16.2	(10.692)	(23.072)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.157)	(14.043)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.303)	(1.188)
Provisão para perdas sobre créditos		(6.232)	(7.841)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	16.2	(2.937)	(1.548)
Resultado bruto		51.765	13.900
Despesas de comercialização		(13.182)	(14.678)
Despesas administrativas		(54.767)	(25.327)
Resultado financeiro líquido		16.4	19.467
Receitas financeiras		39.652	23.003
Despesas financeiras		(2.155)	(3.536)
Resultado patrimonial		2.317	(15.909)
Receitas patrimoniais		2.448	548
Despesas patrimoniais		(131)	(16.457)
Resultado com seguro		16.5	256.610
Receitas com seguro		992.934	-
Despesas com seguro		(736.324)	-
Resultado antes dos impostos e participações		280.240	(22.547)
Imposto de renda	16.6	(48.479)	(423)
Contribuição social	16.6	(18.314)	(157)
Impostos diferidos	16.6	(26.547)	6.486
Participações sobre o lucro		(171)	(210)
Resultado líquido do exercício		186.729	(16.851)
Quantidade de ações em circulação		61.610.997	61.610.997
Resultado líquido por ação em R\$		0,0030	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	2024	2023
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	1.252.130	419.569
Resgate de aplicações financeiras	308.694	280.389
Recebimento de juros de aplicações financeiras	7.693	4.669
Outros recebimentos operacionais	2.562	1.326
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(574.888)	(349.611)
Pagamento de comissões	(78.725)	(13.118)
Pagamento de pessoal	(25.215)	(27.364)
Pagamentos de serviços de terceiros	(25.983)	(18.786)
Pagamento de tributos	(92.256)	(20.075)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(6)	-
Pagamento de promoção/publicidade	(1.217)	(968)
Aplicações financeiras	(756.967)	(314.811)
Outros pagamentos operacionais	(8.937)	(11.079)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.885	(49.859)
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	1.227	211
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(139)	(4.732)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(294)	(713)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	794	(5.234)
Integralização de capital em dinheiro	-	63.400
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(604)	(1.186)
Pagamento de amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(6.761)	(6.900)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(7.365)	55.314
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	314	221
Caixa - Saldo inicial	531	310
Caixa - Saldo final	845	531
Ativos livres no início do período	12.050	349
Ativos livres no final do período	472.082	12.050
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	460.032	11.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A. - CNPJ Nº 76.717.040/0001-10

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A ParanÁ Clínicas - Planos de Saúde S.A. denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Curitiba, na Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação coletiva empresarial e por adesão. A Companhia tem como acionista a Sul América Serviços de Saúde S.A. (SULAMED), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgará, em 10/03/2025, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi adotado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se trata de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 12 meses de permanência dos segurados na carteira; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Sul América. **3.2.2. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "custo amortizado" são classificados como "mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA" e contabilizados pelo valor de mercado. Os rendimentos auferidos no período são reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, exceto para terrenos. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável:** **3.6.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.6.1.1. Redução ao valor recuperável de recebíveis:** A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. A provisão para perdas é constituída com base na probabilidade individual de perda de cada valor a receber, garantindo que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente o valor recuperável dos ativos. A Companhia monitora continuamente o risco de crédito de seus clientes e ajusta a provisão para perdas conforme necessário. A utilização de uma agência de crédito externa como ferramenta de análise de risco de crédito permite uma avaliação mais precisa da probabilidade de inadimplência, contribuindo para a adequada constituição da provisão para perdas. **3.6.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2024 e 2023, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. **3.7. Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Direito de uso de arrendamento", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nos eventos indenizáveis líquidos e nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é

estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.9.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método *pro-rata die*, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de sinistro a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*), calculada com base nos avisos de eventos. **3.9.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (*Incurred But Not Reported*), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada a partir de um fator de atraso, determinado trimestralmente, em função da média dos eventos indenizáveis dos últimos 3 meses. O fator é obtido através de um triângulo de *run-off* mensal, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses. **3.9.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos beneficiários de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.9.5. Provisão de insuficiência de contraprestação / prêmio (PIC):** A PIC deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes são insuficientes para a cobertura das despesas com a operação de planos de saúde. Conforme metodologia padrão definida pela ANS em sua regulamentação, para apuração da PIC utiliza-se uma avaliação retrospectiva do Índice Combinado para estimar os valores do período seguinte de vigência do risco. **3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2024. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua BR-EMS 2021 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para as modalidades (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do LAT apresentou insuficiência de R\$ 2.085 (R\$ 1.948 em 2023), entretanto sendo compensada com as demais modalidades, não havendo necessidade de constituição de provisão adicional. **3.11. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.11.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,79% ao ano (10,65% em 2023). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.11.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.12. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas

ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e valor justo através de outros resultados abrangentes (nota 5); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 7); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 11); e • Provisões para ações judiciais (nota 13). **3.14. Normas e interpretações novas e revisadas:** **3.14.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: • Alterações ao CPC 26 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante - Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2024 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • CPC 50 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da ANS. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management - ERM*) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. O programa de gestão de riscos da Sul América está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Sul América. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na Sul América. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está sujeita. **4.1. Concentração das operações:** A Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sul. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas e descritas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos, auditorias preventivas pré-pagamentos, otimização da rede de prestadores de serviço, programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira. Permanentemente, a área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizados Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos. Com base na análise e testes de estresse apurados pela administração na data-base de 31 de dezembro de 2024, os impactos mensurados não tiveram volatilidade material para fins de divulgação. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2024 e 2023:

Indexador	2024	2023
SELIC/CDI	646.798	170.106
Ações	10	10
Total	646.808	170.116


PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A. - CNPJ Nº 76.717.040/0001-10

4.3.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios.

São realizadas projeções diárias do caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2024 e 2023.

Descrição	2024					Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (Perda)	Valor contábil
	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos				
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	542.330	–	104.478	–	–	646.808	646.808	–	646.808
Valor justo por meio do resultado	542.330	–	–	–	–	542.330	542.330	–	542.330
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	104.478	–	–	104.478	104.478	–	104.478
Contraprestação pecuniária a receber (a)	–	3.666	–	–	–	3.666	–	–	3.666
Provisões técnicas	–	69.642	116	1.099	1.773	714	–	–	73.344
									2023
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras	170.116	–	–	–	–	170.116	170.116	–	170.116
Valor justo por meio do resultado	170.116	–	–	–	–	170.116	170.116	–	170.116
Contraprestação pecuniária a receber (a)	–	12.113	–	–	–	12.113	–	–	12.113
Provisões técnicas	–	95.839	173	1.373	1.580	475	–	–	99.440

(a) Considera a contraprestação pecuniária a vencer, líquida de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir-nos nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.). **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2024 62,77% (27,61% em 2023) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2024	2023
Renda fixa pública "risco soberano"	405.989	46.975
AAA	104.478	–
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos e outros (a)	136.341	123.141
Total	646.808	170.116

(a) A linha refere-se, principalmente, a cotas de fundos de investimentos não exclusivos. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da Sul América desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão

desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações às leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital baseado em riscos, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital baseado em riscos (CBR). Durante os anos de 2024 e 2023, o valor de PLA apurado sempre foi suficiente em relação ao CBR. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para os principais riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios.

Descrição	2024	2023	(Reapresentado)*
Patrimônio líquido	311.883	156.628	
Deduções			
Créditos tributários	–	(25.915)	
Despesas de comercialização diferida	(6.917)	(4.799)	
Despesas antecipadas	(324)	(300)	
Intangível	(2.385)	(2.010)	
Patrimônio líquido ajustado	302.257	123.604	
Capital Baseado em Riscos - CBR	145.230	68.496	
Suficiência	157.027	55.108	

(* Em função de entendimentos efetuados junto ao regulador na apuração do CBR, a solvência apresentada referente a 31/12/2023 sofreu um ajuste de - 19,7% em relação ao apresentado na Demonstração Financeira divulgada anteriormente. Tal impacto é proveniente de um aumento de R\$ 13,5 milhões no CBR devido a não utilização dos fatores reduzidos no cálculo do risco de subscrição.

5. Aplicações financeiras: 5.1. Composição das aplicações financeiras:

Descrição	2024					Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - privados	–	–	104.477	104.478	104.478		104.478
Pós-fixado CDI	–	–	104.477	104.478	104.478	101,15% CDI	104.478
Títulos de renda variável	10	10	–	–	–		10
Ações	10	10	–	–	–		10
Cotas de fundos de investimentos	542.320	542.320	–	–	–		542.320
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	542.320	542.320	–	–	–		542.320
Subtotal	542.330	542.330	104.477	104.478	104.478		646.808
Percentual total - contábil		83,85%		16,15%			100,00%
Total							646.808
Circulante							646.808
							2023
Títulos de renda variável	10	10	–	–	–		10
Ações	10	10	–	–	–		10
Cotas de fundos de investimentos	170.106	170.106	–	–	–		170.106
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	170.106	170.106	–	–	–		170.106
Subtotal	170.116	170.116	–	–	–		170.116
Percentual total - contábil		100,00%					100,00%
Total							170.116
Circulante							170.116

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição. (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários cujo amortizado que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados

no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Ativos Financeiros	2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	10	542.320	542.330
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	104.478	104.478
Total	10	646.798	646.808
			2023
Ativos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado	10	170.106	170.116
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–
Total	10	170.106	170.116

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde:

Descrição	2024	2023
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	1.748	8.080
A vencer entre 31 e 60 dias	1.918	7.024
A vencer entre 61 e 180 dias	–	106
Total	3.666	15.210
Redução ao valor recuperável	–	(3.097)
Total a vencer	3.666	12.113
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	2.137	3.743
Vencidos entre 31 e 60 dias	613	1.177
Vencidos entre 61 e 180 dias	926	1.282
Vencidos entre 181 e 365 dias	2.862	1.503
Vencidos acima de 365 dias	8.481	5.327
Total	15.019	13.032
Redução ao valor recuperável	(12.480)	(8.689)
Total vencidos	2.539	4.343
Total de prêmios a receber	18.685	28.242
Total de redução ao valor recuperável (a)	(12.480)	(11.786)
Total	6.205	16.456

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

7. Créditos e débitos tributários e previdenciários diferidos: 7.1. Créditos e débitos tributários:

Descrição	2024	2023
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar (nota 7.2)	4.653	7.155
PIS e COFINS sobre IBNR (nota 7.3)	17.690	3.712
Total	22.343	10.867
Circulante	4.641	7.143
Não circulante	17.702	3.724
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos		
IR/CSLL sobre diferenças temporárias (nota 7.3)	19.558	45.242
(-) Tributos diferidos passivos (nota 7.3)	(6.715)	(5.751)
Total	12.843	39.491
Não circulante	12.843	39.491

7.2. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.660	5.594
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	302	724
Programa de Integração Social - PIS	49	71
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	227	331
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	397	413
Outros	18	22
Total	4.653	7.155
Circulante	4.641	7.143
Não circulante	12	12

7.3. Movimentação dos tributos diferidos: As tabelas abaixo demonstram os tributos diferidos e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados		Outros resultados	Saldo em 31/12/2023
		registrados	abrangentes		
Ativo					
Prejuízos fiscais	18.837	(13)	–	–	18.824
Base negativa de contribuição social	6.781	309	–	–	7.090
Provisão para perda em investimentos	–	3.944	–	–	3.944
Provisão para contingências e obrigações fiscais	6.622	(341)	–	–	6.281
Redução ao valor recuperável de créditos	1.167	1.867	–	–	3.034
Provisões indedutíveis	2	37	–	–	39
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))	–	4.918	–	–	4.918
Apropriação AVP (CPC 06 (R2))	–	1.112	–	–	1.112
Outros	3.319	(3.319)	–	–	–
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	3.714	(2)	–	–	3.712
Total de ativo fiscal diferido	40.442	8.512	–	–	48.954
Passivo					
Atualização de depósitos judiciais	(714)	714	–	–	–
Arrendamento (CPC 06 (R2))	(3.009)	(5.751)	–	–	(5.751)
Outros	(3.009)	3.009	–	–	–
Total de passivo fiscal diferido	(3.723)	(2.028)	–	–	(5.751)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	36.719	6.484	–	–	43.203
Efeito patrimônio líquido	–	–	–	–	–

(*) Em função de entendimentos efetuados junto ao regulador na apuração do CBR, a solvência apresentada referente a 31/12/2023 sofreu um ajuste de - 19,7% em relação ao apresentado na Demonstração Financeira divulgada anteriormente. Tal impacto é proveniente de um aumento de R\$ 13,5 milhões no CBR devido a não utilização dos fatores reduzidos no cálculo do risco de subscrição.

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados		Outros resultados	Saldo em 31/12/2024
		registrados	abrangentes		
Ativo					
Prejuízos fiscais	18.824	(18.824)	–	–	–
Base negativa de contribuição social	7.090	(7.001)	–	–	(89)
Provisão para perda em investimentos	3.944	–	–	–	3.944
Provisão para contingências e obrigações fiscais	6.281	871	–	–	7.152
Redução ao valor recuperável de créditos	3.034	(1.863)	–	–	1.171
Provisões indedutíveis	39	503	–	–	542
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2))	4.918	1.177	–	–	6.095
Apropriação AVP (CPC 06 (R2))	1.112	(458)	–	–	654
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	3.712	13.978	–	–	17.690
Total de ativo fiscal diferido	48.954	(11.617)	–	–	(89)
Passivo					
Ganho com ajuste a valor justo	–	–	(10)	–	(10)
Arrendamento (CPC 06 (R2))	(5.751)	(954)	–	–	(6.705)
Total de passivo fiscal diferido	(5.751)	(954)	(10)	–	(6.715)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	43.203	(12.571)			



PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A. - CNPJ Nº 76.717.040/0001-10

9. Imobilizado:

	Taxa de depreciação	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023
Custo							
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.	0% a 4%	17.860	-	-	-	-	17.860
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	10%	5.301	-	-	-	-	5.301
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	10% a 20%	19.748	525	(1.930)	-	(2.346)	15.997
Imobilizado em curso	0%	1.480	-	-	(1.480)	-	-
Outras imobilizações	10%	10.232	4.254	(8.392)	1.480	(7.387)	187
Subtotal		54.621	4.779	(10.322)		(9.733)	39.345
Depreciação							
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.		(1.939)	(513)	-	-	-	(2.452)
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.		(3.914)	(199)	-	-	-	(4.113)
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.		(11.819)	(951)	-	-	172	(12.598)
Outras imobilizações		(111)	(448)	-	-	419	(140)
Subtotal		(17.783)	(2.111)			591	(19.303)
Imobilizado líquido (a)		36.838	2.668	(10.322)		(9.142)	20.042

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2024
Custo							
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.	0% a 4%	17.860	-	-	-	-	17.860
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	10%	5.301	-	(154)	64	-	5.211
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	10% a 20%	15.997	323	(685)	(64)	772	16.343
Imobilizado em curso	0%	-	2.447	-	(1.984)	-	463
Outras imobilizações	10%	187	6	(1.191)	1.984	1.043	2.029
Subtotal		39.345	2.776	(2.030)		1.815	41.906
Depreciação							
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.		(2.452)	(513)	-	-	-	(2.965)
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.		(4.113)	(194)	96	-	-	(4.211)
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.		(12.598)	(795)	349	-	-	(13.044)
Outras imobilizações		(140)	(103)	158	-	-	(85)
Subtotal		(19.303)	(1.605)	603			(20.305)
Imobilizado líquido (a)		20.042	1.171	(1.427)		1.815	21.601

(a) O saldo apresentado como imobilizado líquido está composto pelas rubricas Imóveis de uso próprio, Imobilizado de uso próprio, Imobilizado em curso e Outras imobilizações. O saldo referente a Direito de uso de arrendamentos está sendo apresentado na Nota 10.

10. Arrendamentos: Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Direito de uso de arrendamentos" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

Ativo de direito de uso	Contratos de alugueis de imóveis	Contratos de equipamentos	Total
Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2023	14.760	1.809	16.569
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(2.078)	(75)	(2.153)
Encargos de depreciação	(6.120)	(848)	(6.968)
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2023	6.562	886	7.448
Não circulante			7.448
Passivo de arrendamento			Total
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	15.582	1.899	17.481
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	(2.255)	(75)	(2.330)
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(7.035)	(1.052)	(8.087)
Despesas de juros	959	225	1.184
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	7.251	997	8.248
Circulante			6.998
Não circulante			1.250
Resultado			Total
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	-	2	2

Ativo de direito de uso	Contratos de alugueis de imóveis	Contratos de equipamentos	Total
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2023	6.562	886	7.448
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	23.381	-	23.381
Encargos de depreciação	(5.661)	(819)	(6.480)
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2024	24.282	67	24.349
Não circulante			24.349
Passivo de arrendamento			Total
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	7.251	997	8.248
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	23.242	-	23.242
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(6.370)	(991)	(7.361)
Despesas de juros	276	75	351
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2024	24.399	81	24.480
Circulante			4.725
Não circulante			19.755
Resultado			Total
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	-	1	1

12. Partes relacionadas: 12.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (g)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	137.071	-	367.534	-
Sul América Seguro de Saúde (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	85	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde (i)	Controladora direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	31.502	-
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	599	59
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (d)	Controladora indireta	Outros	-	532	15.792	5.052
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (a) (c)	Outros	Outros	-	-	2	-
Total			137.156	532	415.429	5.111

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c) (g)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	1.000.191	1.969	(767.709)	-
Sul América Seguro de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	367	-	-	-
Sul América Odontológico S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	3	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c)	Controladora direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	1.152	-	-
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	(607)	(796)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (h)	Ligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	(10)	-
Sul América Gestora de Recursos S.A. (h)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(13)	-
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Outros	1.843	2.387	(71.040)	(44.400)
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (e)	Coligada	Outros	-	-	-	(335)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (c) (f)	Outros	Outros	-	77	(189)	(218)
Total			1.002.401	5.588	(839.568)	(45.749)

(a) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (b) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da companhia contratado junto às empresas do grupo; (c) Valores referente à prestação de serviços; (d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (e) Valor referente à comercialização de seguro saúde; (f) Valor referente ao seguro saúde do produto adesão junto a administradora de benefícios; (g) Transferência de risco iniciada em 2024 referente a operação de seguros entre as companhias CIA. SAÚDE e a Companhia, cuja obrigação está registrada no passivo circulante na rubrica "Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde"; (h) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (i) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, títulos ou sócios. Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia não efetuou pagamento de dividendos para a SULAMED. 12.2. Remuneração da administração: A Administração incluiu o Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
3 anos	13,78
4 anos	11,43
5 anos	13,52
7 anos	9,62

Em 31/12/2024, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2025	7.488
2026	6.359
2027	6.359
2028	6.289
2029	6.283
Valores não descontados	32.778
Juros embutidos	(8.298)
Saldo em 31/12/2024	24.480

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Descrição	2024	2023
Provisão p/ Remissão	12	9
Provisão p/ Eventos a Liquidar (SUS)	9.867	9.656
Provisão de eventos a Liquidar	37.652	41.244
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	23.141	26.265
Provisão p/ PEONA - SUS	2.672	2.659
Provisão de insuficiência	-	19.607
Total	73.344	99.440
Circulante	69.642	95.839
Não circulante	3.702	3.601

11.1. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2024	2023
Provisões técnicas de seguros	73.344	99.440
(-) Depósitos judiciais	3.680	3.596
(-) Ressarcimento ao SUS (Parcelamento aprovado pela ANS)	-	1.315
(-) Ressarcimento ao SUS	1.786	-
Montante a ser garantido	67.878	94.529
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	175.572	158.597
Total de ativos	175.572	158.597
Ativos vinculados em excesso	107.694	64.068

13.1. Depósitos judiciais:	2024	2023
Descrição		
Previdenciárias:		
INSS	-	17
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	15.178	14.113
Ações cíveis	3.755	3.734
Subtotal	18.933	17.847
Total	18.933	17.864
Não circulante	18.933	17.864

13.2. Provisões para ações judiciais:	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Descrição					
Trabalhistas:	15.945	29	1.393	(761)	16.606
Circulante					2.192
Não circulante	15.945				14.414
Cíveis e Outros:					
Cíveis	790	190	75	(179)	876
Outros	393	103	53	(312)	237
Subtotal	1.183	293	128	(491)	1.113
Circulante					225
Não circulante	1.183				888
Tributárias:					
Outras ações tributárias	1.338	410	96	-	1.844
Honorários	10	-	(7)	-	3
Subtotal	1.348		89		1.847
Não circulante	1.348				1.847
Total	18.476	322	1.610	(1.252)	19.566
Circulante					2.417
Não circulante	18.476				17.149

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas:	16.606	356	1.065	(152)	17.875
Circulante	2.192				1.342
Não circulante	14.414				16.533
Cíveis e Outros:					
Cíveis	876	843	248	(479)	1.488
Outros	237	281	204	(199)	523
Subtotal	1.113	1.124	452	(678)	2.011
Circulante	225				311
Não circulante	888				1.700
Tributárias:					
Outras ações tributárias	1.844	-	122	-	1.966
Honorários	3	-	-	-	3
Subtotal	1.847		122		1.969
Não circulante	1.847				1.969
Total	19.566	1.480	1.639	(830)	21.855
Circulante	2.417				1.653
Não circulante	17.149				20.202

13.3. Contingências: Em 31/12/2024 e 2023, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2024	2023
Fiscais	2.862	1.414
Cíveis	324	289



PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A. - CNPJ Nº 76.717.040/0001-10

A acionista da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, pela não distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado no montante de R\$ 53.085. A acionista da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024, pela não distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado no montante de R\$ 16.851.

15.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2024
Lucro antes dos impostos e participações	280.240
(-) Impostos e contribuições	(93.340)
(-) Participações	(171)
Lucro líquido do exercício	186.729
Prejuízos acumulados	(54.091)
Lucro líquido após compensações e outros ajustes	132.638
Constituição da reserva legal	(6.632)
Lucro líquido ajustado	126.006
Dividendos obrigatórios	
25% do lucro líquido ajustado (a)	31.502
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios (b)	-
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios (c)	-
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	-
Bruto	-
Imposto de renda	-
Saldo dos dividendos obrigatórios: (d) = (a) - (b) - (c)	31.502
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	94.504

Em 2023, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

16. Detalhamento das contas de resultado: 16.1. Eventos conhecidos ou avisados:

Descrição	2023					Total
	Antes da lei (a) Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Após a Lei (a) Rede contratada	Reem-bolso	
Consultas	(780)	(448)	(33.597)	(87.386)	(224)	(122.435)
Exames	(534)	(296)	(22.971)	(45.147)	(119)	(69.067)
Terapias	-	(34)	-	(7.632)	(21)	(7.687)
Internações	(159)	(1.552)	(6.803)	(111.827)	(299)	(120.640)
Demais despesas	-	-	-	(191)	-	(191)
Outros atendimentos	(98)	(227)	(4.207)	(32.456)	(89)	(37.077)
Subtotal	(1.571)	(2.557)	(67.578)	(284.639)	(752)	(357.097)
SUS						(3.042)
Total						(360.139)

Descrição	2024					Total
	Antes da lei (a) Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Após a Lei (a) Rede contratada	Reem-bolso	
Consultas	(546)	(136)	(28.022)	(58.227)	(237)	(87.168)
Exames	(374)	(91)	(19.160)	(33.332)	(124)	(53.081)
Terapias	-	(10)	-	(9.430)	(91)	(9.531)
Internações	(111)	(693)	(5.674)	(79.640)	(319)	(86.437)
Demais despesas	-	(44)	-	(4.799)	-	(4.843)
Outros atendimentos	(69)	(68)	(3.509)	(20.405)	(140)	(24.191)
Subtotal	(1.100)	(1.042)	(56.365)	(205.833)	(911)	(265.251)
SUS						(2.982)
Total						(268.233)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998.

16.2. Outras despesas operacionais: As "Outras despesas operacionais" compreendem as rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde" e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora" que totalizam respectivamente R\$ 10.692 e R\$ 2.937 em 31/12/2024 (R\$ 23.072 e R\$ 1.548 respectivamente em 2023). Os montantes estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Despesas com operações de seguros	(2.353)	(1.523)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(844)	(852)
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(6.264)	(7.841)
Despesas com cobrança de seguros	(144)	(386)
Outros	(4.024)	(14.018)
Total	(13.629)	(24.620)

Aos Diretores e Acionistas da **Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

16.3. Despesas administrativas:

Descrição	2024	2023
Pessoal próprio	(13.425)	(12.350)
Serviços de terceiros	(2.480)	(1.295)
Localização e funcionamento	(6.607)	(4.644)
Publicidade e propaganda	(1.241)	(803)
Despesas com tributos	(657)	(853)
Taxa de Administração (a)	(25.176)	-
Outras	(5.181)	(5.382)
Total	(54.767)	(25.327)

(a) Taxa de administração referente cobertura de seguros sobre parte da carteira da Cia Saúde, vide nota 8. Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2024	2023
Remunerações	(7.332)	(7.287)
Encargos sociais	(2.978)	(3.012)
Indenizações e rescisões	(420)	(342)
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.447)	(1.156)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(12)	41
Outros benefícios	(356)	(18)
Total	(12.545)	(11.774)

16.4. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	36.118	20.328
Valor justo por meio do resultado	31.641	20.328
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.477	-
Operações de seguros	(49)	(32)
Atual monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(325)	(543)
Outros	1.753	(286)
Total	37.497	19.467

Receitas financeiras:

Descrição	2024	2023
Valorização de cotas de fundos de investimentos	16.101	4.979
Títulos de renda fixa - privados	20.017	15.349
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	1.164	1.499
Outras	2.370	1.176
Total	39.652	23.003

Despesas financeiras:

Descrição	2024	2023
Operações de seguro	(49)	(32)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.489)	(2.042)
Outras	(617)	(1.462)
Total	(2.155)	(3.536)

16.5. Resultado com seguros: O saldo em 31/12/2024 de R\$ 256.610 refere-se ao encontro de contas da operação de seguros entre a Companhia e a CIA. SAÚDE (vide nota 8), conforme abertura realizada abaixo:

Descrição	2024
Prêmios	992.934
Sinistro pendente	(143.112)
Sinistro a recuperar	(389.100)
IBNR	(163.960)
Comissão	(46.329)
Outras	6.177
Total	256.610

16.6. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: As despesas com imposto de renda e contribuição social 31/12/2024 e 2023 são compostas como segue:

Descrição	2024	2023
Diferido:		
Imposto de renda	(19.355)	3.621
Contribuição social	(7.192)	2.865
Corrente:		
Imposto de renda	(48.479)	(423)
Contribuição social	(18.314)	(157)
Total	(93.340)	5.906

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2024 e 2023, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	280.240	(22.547)
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(95.281)	7.666
Alíquota nominal	34%	34%

Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:

Diferido não constituído - Ausência de expectativa de rentabilidade futura	-	(871)
Apuração de indébito tributário (Ação Selic)	298	71
Outros	1.643	(960)
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(93.340)	5.906
Alíquota efetiva	33,31%	26,19%

17. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido do exercício	186.729	(16.851)
Depreciações e amortizações	9.851	10.844
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	1.638	1.610
Juros de arrendamento mercantil	351	1.184
Impairment	-	27.049
Outros	1.430	4.079

Menos:

Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(1.164)	(1.524)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(888)	(210)
Impairment	(2.714)	-
Outros	(139)	(178)

Atividades operacionais

Variação de aplicações	(476.653)	(49.753)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(25.987)	(3.317)
Variação dos créd de oper assist à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	-	156
Variação de bens e títulos a receber	(50.786)	612
Variação de créditos tributários e previdenciários	(10.598)	(1.460)
Variação de ativo fiscal diferido	26.648	(6.486)
Variação de depósitos judiciais	95	2.638
Variação de despesas antecipadas	(24)	(300)
Variação de outros créditos a receber de longo prazo	826	(2.063)
Variação de despesas de comercialização diferidas	(2.118)	866
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	366.052	(23)
Variação de tributos e contribuições a recolher	55.712	1.962
Variação de provisões	11.907	(1.368)
Variação de débitos diversos	(3.550)	(1.370)
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(26.096)	(14.428)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(53.637)	(1.528)

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais

	6.885	(49.859)
--	--------------	-----------------

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. **Diretor Vice-Presidente:** Leonardo Fraga Pacheco. **Diretores:** Glaucia Maria Ribeiro de Carvalho; Gustavo Kohn Giometti; Heitor Augusto Pereira Barbosa; Jefferson Klock; Jonas Berbert Pulcheri; Juliano Kiguchi Tomazela; Otávio de Garcia Lazzcano; Rafael Pinto Fróes; Raquel Dourado Imbassahy Conrad; Thiago de Carvalho Gomes. **Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3. **Atuária:** Manuelle Maggesi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP-015199/F
 Marcelo Felipe L. de Sá
 Sócio
 Contador CRC RJ-094644/O



portal.sulamericaseguros.com.br

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal BEMPARANÁ com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A875-F202-E61A-74B1> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A875-F202-E61A-74B1



Hash do Documento

C90730A4ADD97067AF02BB5DD6B92E50731B90D602CD1C424A21CF2290A8D2CE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2025 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70 em 27/02/2025 00:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

